



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARINA NOBRE CORRÊA

**O SERVIÇO DE TUTORIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BAGÉ: UMA
ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO TUTOR**

**BAGÉ - RS
2013**

MARINA NOBRE CORRÊA

**O SERVIÇO DE TUTORIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BAGÉ: UMA
ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO TUTOR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito para obtenção do título de licenciado em
Letras pela Universidade Federal do Pampa
Orientadora: Profa. Dra. Claudete da Silva Lima
Martins

**BAGÉ - RS
2013**

MARINA NOBRE CORRÊA

**O SERVIÇO DE TUTORIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BAGÉ: UMA
ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO TUTOR**

**BANCA EXAMINADORA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Trabalho de conclusão de curso defendido em 09 de maio de 2013.

**Orientadora: Prof^ª. Dra. Claudete da Silva Lima Martins
(UNIPAMPA)**

**Prof^ª. Dra. Gilnara da Costa Corrêa Oliveira
(UNIPAMPA)**

**Prof^ª. Msc. Maria Eloá Gehlen
(UNIPAMPA)**

Bagé, 2013

Dedico este trabalho a minha mãe, Fabiane Nobre, maior incentivadora e fonte inesgotável de apoio, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Fabiane Nobre, que além de ter sido a maior incentivadora, foi também colega, dividindo comigo diversos momentos de estudos e amizade.

Aos professores, o meu agradecimento por todas as etapas de minha formação.

Aos meus colegas, por todos os momentos compartilhados e pela amizade construída ao longo desses anos, em especial a Eduardo Ruiz e Luisa Guedes.

Aos meus colegas da Escola Visconde Ribeiro de Magalhães e 13ª Coordenadoria Regional de Educação, minha gratidão pela amizade, apoio, compreensão e aprendizagens.

A Lucas e Rodrigo, que durante meu trajeto me ensinaram a amar e respeitar.

A minha família e meus amigos Juliana Collares, Bernardo, Tanara Lucas, Mariane Moreira e Théo Gomes que, mesmo não estando junto a mim dentro da universidade, me ajudaram e apoiaram durante essa etapa.

RESUMO

Este estudo compõe o trabalho de conclusão do curso desenvolvido no último semestre do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas, oferecido pela Universidade Federal do Pampa, no Campus Bagé. O objetivo deste trabalho foi investigar quais são os aspectos que favorecem e quais os que dificultam o trabalho do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de Bagé. Neste sentido, foi elaborada uma pesquisa qualitativa, que teve por sujeitos três tutores que atuam em três escolas da rede municipal de ensino de Bagé, há mais de um ano. Os resultados obtidos na investigação revelam que dentre os aspectos que influenciam positivamente o serviço de tutoria, destacam-se a formação acadêmica dos tutores e reconhecimento por parte do próprio tutor da importância e relevância deste serviço para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, e o grau de comprometimento da equipe diretiva e dos professores do atendimento educacional especializado, da professora da sala de aula comum e da comunidade escolar em geral. Em relação aos aspectos que dificultam o trabalho do tutor, destaca-se a dificuldade em desenvolver seu trabalho integrado com a professora da sala de aula comum, o planejamento descontextualizado dos materiais para os alunos com necessidades educacionais especiais, a adaptação curricular inadequada e a atribuição de toda responsabilidade pela inclusão sobre o tutor, fazendo com que este aluno crie vínculos apenas com o tutor. Estes são alguns elementos que podem favorecer ou dificultar este serviço, de acordo com a forma que é definido e organizado no espaço escolar. Portanto, conclui-se que o tutor que possui formação que contemple estudos ligados ao processo de inclusão, e que em uma escola comprometida com esse processo desempenha seu trabalho com maior tranquilidade. Desta forma o serviço de tutoria, embora enfrentando algumas dificuldades, constitui-se em um serviço de apoio fundamental para que a proposta de educação inclusiva se efetive.

Palavras chave: Tutor, Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, Aprendizagem.

ABSTRACT

This study composes the final work of the undergraduation developed in the last semester of the Languages Portuguese and respective Literatures course, offered by Universidade Federal do Pampa, in Bagé. This research aims to investigate what are the aspects that favor and what are the aspects that hinder the work of the tutor of students that have special educational needs in municipal public schools in Bagé. In this sense, it was elaborated a qualitative research, that had three tutors that act in three different municipal public schools in Bagé for more than one year as subjects. The obtained results showed that among the positive aspects, the most prominent ones are the academic background of the tutors and the knowledge by themselves about the importance and relevance of this service for the inclusion of students that have special educational needs. Besides, another aspect is the commitment of the management team of the school and the special educational services teachers, the teacher of the regular classroom and the school community in general. Regarding the aspects that hinder the tutor work, there is the difficulty in developing their work integrated with the teacher's regular classroom, the decontextualized planning of materials for students that have special educational needs, the inadequate curriculum adaptation and the complete allocation of liability for inclusion on the tutor, making the student that have special educational needs to create links only with the tutor. These are some elements that can help or hinder this service, according to the way it is defined and organized in the school. Therefore it is concluded that the tutor who has academic background, that includes studies related to inclusion, as well as the commitment of the school, makes the activities of the tutor easier. In this way, the tutoring service, although facing some difficulties, is a fundamental support service for the proposal of inclusive education to become effective.

Keywords: Tutor, Students With Special Educational Needs, Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DISCUTINDO INCLUSÃO	12
3 A TUTORIA COMO FOCO DE PESQUISA.....	19
4 CAMINHO PERCORRIDO.....	22
5 ANÁLISE DOS DADOS	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES.....	34

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema do serviço de tutoria nasce da experiência realizada nos anos de 2009 e 2010 como tutora de alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificamente autismo, paralisia cerebral e síndrome de down em duas escolas da Rede Municipal de Bagé, em turmas de segundo ano.

O serviço de tutoria é disponibilizado às escolas, após avaliação conjunta da Secretaria Municipal de Educação - SMED e dos profissionais da escola, os quais indicam os alunos que apresentam limitações significativas que demandem apoios permanentes ou quadros de desorganização psíquica.

O tutor acompanha o professor titular em sala de aula e tem como função acompanhar a realização das atividades curriculares, atuando como mediador no processo de aprendizagem e também, auxiliar na higiene, alimentação e locomoção, servindo de suporte em situações de crises, ansiedades.

Segundo a coordenadora da Educação Inclusiva da SMED, em um questionário feito e aplicado em 2012, quarenta estagiários das áreas de educação e saúde compõem o quadro de tutores. As orientações com relação a este serviço estão reguladas no parecer CME n°. 10/2009 (BAGÉ, 2009), da Prefeitura Municipal de Bagé.

O início desta atividade no ano de 2009 foi acompanhado por grande expectativa e ansiedade, tendo em vista a minha falta de formação para a realização do trabalho proposto. Somado a isto, eu ainda não havia cursado disciplinas relacionadas à temática da inclusão no curso de graduação, o que foi feito no semestre seguinte ao início das atividades de tutoria.

As experiências iniciais na função de tutoria foram feitas com dois alunos: um menino de onze anos com paralisia cerebral, cujo comprometimento, além de físico, estendia-se à linguagem verbal, e com um menino de nove anos com síndrome de down que, inicialmente, teve muita dificuldade em estabelecer vínculos comigo e com a professora da sala de aula. As dificuldades iniciais foram sendo superadas graças ao apoio da equipe diretiva da escola e da professora do atendimento educacional especializado - AEE, que fizeram reuniões com todos os envolvidos no processo de inclusão dos alunos e acompanhavam de perto as atividades e a rotina de sala de aula, sempre auxiliando quando necessário.

O apoio da equipe diretiva e da professora do AEE foram fundamentais para a fase inicial do processo de tutoria em que atuei. Além do apoio permanente nas dúvidas e

ansiedades vividas, a escola esteve sempre atenta no sentido de garantir a efetiva participação dos alunos nas atividades escolares. Um exemplo desta preocupação foi a organização de horários de recreio diferenciados que possibilitassem que a turma do aluno com paralisia cerebral pudesse ter mais espaço para brincar no momento de recreação, garantindo, com isso, a participação nas atividades realizadas nesse horário. Ademais, as reuniões promovidas pela escola tinham o objetivo de buscar novas alternativas para que as dificuldades cotidianas fossem amenizadas, como, por exemplo, a preparação de alimentação diferenciada para o mesmo aluno, que também tinha dificuldades com a alimentação sólida.

Em 2009, concomitante ao trabalho de tutoria já realizado, iniciei a tutoria de uma menina de treze anos com déficit intelectual. Dentre as principais características que dificultavam minha aproximação com ela, estavam dificuldades importantes na comunicação e no estabelecimento de relações vinculares. Somadas a estas dificuldades, a escola pouco buscava alternativas que favorecessem o processo de escolarização desta aluna, além de pouco me apoiar nas atividades realizadas.

Além das dificuldades relacionadas às características de comunicação, físicas e intelectuais dos alunos, falta de formação da professora regente sobre o processo de inclusão e de informação sobre o papel do tutor tencionou inicialmente o trabalho. A professora me demandava a responsabilidade pela escolarização da aluna, ocupando-se dos demais.

Em 2010, fiz a tutoria de um aluno autista que frequentava uma turma de pré-escola. O menino era bastante agitado e agressivo e isto dificultava a realização de qualquer trabalho em sala de aula. Havia constantes reuniões da escola com os pais do aluno e o uso de diferentes metodologias para facilitar sua inclusão ao ambiente escolar. A dedicação da escola, principalmente da equipe diretiva e da professora do AEE, foram fundamentais para o êxito do trabalho de inclusão. Com o passar do tempo o aluno foi demonstrando melhora na interação dentro da escola e na participação das atividades propostas pela professora, além de adaptar-se às regras da escola.

As experiências vivenciadas permitiram-me perceber que o sucesso da escolarização dos alunos com necessidades educacionais, para além da presença do tutor na sala de aula, envolve toda a comunidade escolar, principalmente os gestores da escola, que devem criar as condições favoráveis à realização do trabalho. Além disso, a presença do professor do AEE é fundamental para o processo já que, na maior parte das vezes, é ele que detém os saberes necessários à escolarização destes alunos, compartilhando com os demais colegas através das atividades de orientação.

Estas percepções iniciais corroboram com os estudos de Bastos (2009) sobre a temática das boas práticas em inclusão. Para a autora, as escolas com boas experiências apresentam duas características: equipes diretivas que tomam a inclusão como um objetivo da gestão e que mobilizam os recursos internos e externos à escola para efetivar este processo e a presença do professor do AEE, que auxilia os professores na compreensão das práticas pedagógicas inclusivas e contribui para que estes saberes possam ser paulatinamente incorporados pelos docentes em sua profissionalidade.

Tais percepções despertaram o desejo de aprofundamento da questão e definiram a questão de investigação do projeto, a saber: Quais aspectos que favorecem e dificultam a atuação do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de Bagé.

A proposição deste estudo centra-se na percepção de que o suporte de tutoria é essencial às escolas que atribuem a falta de recursos humanos como empecilhos ao processo de inclusão. No entanto, se a identidade deste profissional não estiver bem definida, serão limitadas suas contribuições no processo de escolarização dos alunos com necessidades especiais. Além disso, ele pode caracterizar-se erroneamente como o único responsável pelo aluno em sala de aula, criando-se, assim, novas formas de exclusão em sala de aula.

Atualmente, com o crescimento do número de alunos com necessidades educacionais especiais e a extinção das classes especiais, discute-se muito sobre formas de inclusão nas salas de aulas regulares, de uma forma que ofereça recursos que realmente possibilitem o aprendizado, a socialização e a construção da autonomia dos alunos.

As escolas públicas municipais de Bagé oferecem o serviço de tutoria, que se constituem em um apoio para os alunos com NEE. Esse apoio, na maioria dos casos, é feito por estagiários alunos de licenciaturas e área da saúde, segundo dados fornecidos pela SMED em uma entrevista realizada em 2012.

Com base em minha experiência própria no trabalho de tutoria e em algumas observações sobre esse serviço, foi formulada a seguinte questão de investigação: O serviço de tutoria nas escolas de Bagé: aspectos que facilitam e dificultam a atuação do tutor de alunos com necessidades especiais.

Para responder a essa questão de investigação, foi feita uma pesquisa de campo em escolas com aluno com NEE atendidos por tutores que estejam nessa atividade há um ano. O relatório com o resultado desse trabalho será apresentado a seguir e está dividido em cinco capítulos:

O primeiro é a introdução, que apresenta a forma como a pesquisa foi desenvolvida, como foi organizada e a escolha do tema.

Após, no segundo capítulo, intitulado Discutindo Inclusão, são defendidas ideias sobre práticas em educação inclusiva e é feita uma breve discussão sobre o tema.

No capítulo A tutoria como foco de pesquisa, são apresentados diferentes trabalhos e conceitos sobre as tutorias.

No quarto capítulo, chamado Caminho Percorrido, são relatadas as etapas da pesquisa e, logo após, no quinto capítulo, são analisados os dados coletados durante a pesquisa.

No sexto capítulo são apresentadas as considerações finais que respondem à questão de investigação, referente aos aspectos que favorecem ou dificultam o trabalho dos tutores de alunos com NEE nas escolas públicas municipais de Bagé.

Para iniciar a execução da pesquisa, foi formulado um roteiro com diferentes etapas. A primeira delas era procurar a SMED e identificar os tutores que seriam os sujeitos de investigação, logo após, esses sujeitos foram procurados e entrevistados. Depois foram feitas as observações na escola.

Após dados coletados, foi feita a análise para, então, responder à questão de investigação, que será apresentada a seguir.

2 DISCUTINDO INCLUSÃO

Existem vários documentos oficiais que garantem às pessoas com NEE o acesso ao ensino regular, mas, para que isso de fato aconteça, não basta apenas a garantia da vaga em escola comum para esses alunos. É preciso que se adotem políticas para que eles tenham ensino de qualidade, e um exemplo dessas políticas são os serviços de apoio, em que destacamos aqui, as tutorias.

Os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem por possuírem alguma deficiência mental ou física, ou por terem altas habilidades e que necessitam algum tipo de adaptação curricular para que o processo de aprendizagem tenha sucesso. Para afirmar isso, uso as palavras da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.3):

o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva.

A Declaração de Salamanca, (UNESCO, 1994), foi um documento importante que refletiu de maneira positiva para a inclusão. Essa declaração proclama que pessoas com NEE devem ter acesso à escola regular, que deve adotar uma pedagogia que tenha como foco a criança, atendendo as suas necessidades específicas e respeitando todos, inclusive crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Dessa forma, todos dentro da sala de aula podem se beneficiar, pois a diferença será reconhecida como uma característica inerente a todos os seres humanos e não como fator gerador de inclusão. Além disso, o encaminhamento desses alunos para escolas especiais como uma forma de substituir a escola regular deve acontecer em casos muito específicos em que a inclusão do aluno em classe regular não seja capaz de atender as suas especificidades.

A escola especial não deve ser descartada, e sim, servir como um apoio no processo de inclusão dos alunos com NEE nas escolas normais, pois tem um papel importante.

Apoio às escolas regulares deveria ser providenciado tanto pelas instituições de treinamento de professores quanto pelo trabalho de campo dos profissionais das escolas especiais. Os últimos deveriam ser utilizados cada vez mais como centros de recursos para as escolas regulares, oferecendo apoio direto aquelas crianças com necessidades educacionais especiais. Tanto as instituições de treinamento como as escolas especiais podem prover o acesso a materiais e equipamentos, bem como o treinamento em estratégias de instrução que não sejam oferecidas nas escolas regulares. (UNESCO, 1994, p. 12)

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o princípio fundamental da escola inclusiva é:

que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994, p. 5)

Também podemos ressaltar, entre os documentos oficiais, a Convenção Sobre os Direitos de Pessoas com Deficiências (ONU, 2006) que, no Brasil, foi promulgada pelo decreto 6.949/2009 e que reconhece a deficiência como:

um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (ONU, 2006, p.1)

O documento Convenção Sobre os Direitos de pessoas com deficiência tem o objetivo de promover, proteger e assegurar que as pessoas com deficiências possam usufruir dos direitos humanos. Para isso, as pessoas com deficiências são definidas como: aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (ONU, 2006, p. 3)

Assim, para garantir uma educação de qualidade, fica assegurada a adequação curricular razoável, de acordo com as necessidades de cada um e medidas de apoio

individualizadas, que façam crescer o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos que são subsidiados por esse documento.

Além disso, o documento criado pela ONU e citado acima afirma que os estados que fazem parte dessa convenção, reconhecendo o direito das pessoas com deficiências, devem assegurar a elas, sem discriminação, um sistema educacional inclusivo que abranja todos os níveis de educação, para que possam ser desenvolvidos, da melhor forma possível, os talentos e habilidades físicas e intelectuais. Para a realização desses direitos deve ser assegurado o acesso à escola gratuita e de qualidade, adaptações adequadas às necessidades de cada um e a capacitação de professores, visando à conscientização da deficiência e o uso de formas e materiais adequados para cada aluno.

Para isso, devem ser garantidas condições de acesso dos alunos com NEE na escola regular para que, de fato, suas aprendizagens aconteçam. Visando a isso, são disponibilizados recursos, serviços e atendimento educacional especializado, que devem ser concomitantes ao ensino regular.

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) afirma que a escola historicamente se caracterizou como um espaço para um determinado grupo social e, com a democratização, os sistemas de ensino passaram a ser acessíveis a todos, exceto para aqueles considerados fora dos padrões da escola, ou seja, não escolarizáveis. Os alunos que apresentassem alguma característica intelectual, física ou outras que fossem distintas às dos alunos considerados normais, eram escolarizados em classes especiais, separados dos demais alunos, substituindo a sala de aula regular.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2010, p.6)

Na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), um dos princípios para a educação é igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, neste documento, também se torna obrigatório o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Essa realidade só foi modificada a partir da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), quando foram asseguradas vagas em salas de aula comuns para pessoas com NEE, além de tornar, como deveres do Estado a educação e o atendimento educacional especializado para portadores de deficiências.

Na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), um dos princípios para a educação é igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, neste documento, também se torna obrigatório o atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em outro documento, intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), são apresentados dados do Censo Escolar/MEC/INEP, onde mostram que, entre o ano de 1988 (ano da Constituição) e 2006, houve um crescimento de 640% de matrículas em classes regulares, como mostra o gráfico a seguir:

Número de matrículas em classes regulares.



Fonte: Escolar/MEC/INEP, 2006, p.1

Além disso, após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), o número de alunos com NEE matriculados na rede pública de ensino cresceu de 179.364 para 441,155. Também podemos constatar o crescimento no número de municípios com matrículas, que em 1998 eram 2.738 e em 2006 eram 4.953, e esse crescimento também aconteceu com o número de escolas, com 730% de crescimento, sendo que em 2006 eram 2.724 escolas especiais, 4.325 escolas comuns com classe especial e 50.259 escolas comuns com inclusão nas salas de aula de ensino regular.

Outro fato para o qual deve ser chamada a atenção é a formação dos professores que atuam com educação especial que, conforme aponta o documento:

em 1998, 3,2% possuíam ensino fundamental; 51% possuíam ensino médio e 45,7% ensino superior. Em 2006, dos 54.625 professores que atuam na educação especial, 0,62% registraram somente ensino fundamental, 24% registraram ensino médio e 75,2% ensino 14 superior. Nesse mesmo ano, 77,8% destes professores, declararam ter curso específico nessa área de conhecimento. (BRASIL, 2008, p.8)

Já os dados do Censo da Educação Básica de 2012 (Fonte Inep, 2012, p. 3) mostram que o número de matrículas de educação inclusiva em escolas comuns subiu para 620.777 e, entre essas matrículas, apenas 37.158 são em escolas da rede privada.

Segundo a LDBEN 9394/96, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente no ensino regular e deve oferecer, quando necessário, serviços de apoio especializados para atender as peculiaridades desses alunos. Entre esses estão as tutorias.

Segundo a NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010:

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial. (BRASIL, 2010, p.1)

A Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010) garante a alunos com NEE, quando houver necessidade, um profissional de apoio para promover a sua acessibilidade e atendimento as necessidades específicas como a comunicação e atendimento na alimentação, higiene e locomoção. Esse profissional deve prestar apoio individualizado aos alunos que ainda não possuem autonomia para estas atividades. Além disso, consta na nota que o profissional de apoio não é responsável pelas atividades educacionais diferenciadas e nem responsável pelo ensino dos alunos por ele atendidos, mas seu trabalho deve estar articulado com o professor da sala de aula, professor do AEE e demais membros da equipe da escola.

O Documento subsidiário à política de inclusão (BRASIL, 2005) defende que, quando se fala em inclusão, a concepção de diferenças deve se pensar na singularidade dos sujeitos, de uma forma que não os classifique e os reduza pela deficiência.

Segundo a LDBEN 9394/96, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente no ensino regular e deve oferecer, quando necessário, serviços de apoio especializados para atender as peculiaridades desses alunos. Entre esses serviços de apoio estão as tutorias.

A inclusão começa no respeito à diferença dos alunos e nas práticas do dia-a-dia de todos os membros da comunidade escolar, pois segundo Santos e Paulino (2008, p.12):

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, *tornar igual*. Incluir não é *nivelar* nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta essas diferenças.

A escola deve acolher aos alunos de uma forma democrática, tendo propostas pedagógicas que respeitem a singularidades de cada um. Além da aprendizagem, a escola deve ter a preocupação de fazer com que haja interação entre os todos, para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam inseridos no contexto escolar e possam conviver em sociedade, como diz Santos e Paulino (2008, p.12):

A educação inclusiva tem importância fundamental, pois busca, por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e, com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes. Baseados nesses ideais democráticos, as propostas inclusivas são revolucionárias, pois almejam, *incondicionalmente*, uma estrutura social menos hierarquizada e excludente, tendo como base o argumento de que todos temos o mesmo valor, pelo simples fato de sermos humanos.

Carvalho (2010) afirma que, na sala de aula, o que irá marcar a diferença de cada um é a aprendizagem. A autora define diversidade como: integração de diferenças numa unidade que não as anula, mas que ativa o potencial criativo da interação entre os sujeitos e destes com seus contextos.

Em seu trabalho, Carvalho (2010) aponta para as dificuldades encontradas pelos professores para desenvolverem seus trabalhos pedagógicos, e entre essas dificuldades estão as condições estruturais das escolas, turmas com grande número de alunos, dificultando o atendimento individual, baixos salários, pouco apoio pedagógico e muitas exigências. Segundo a autora, esses fatores fazem com que muitos professores desistam da educação, porém, existe um grupo de professores que, apesar das dificuldades, tem consciência da

importância de seu papel e, sabendo a diferença entre seus alunos, buscam ensinar a todos, sempre repensando nas suas práticas, fazendo da escola um espaço de participação e aprendizagem para todos. Para definir essa escola, uso as palavras da autora:

Um espaço inclusivo, de fato. Um espaço onde todos são bem-vindos, reconhecidos em suas diferenças e valorizados como sujeitos de potencialidades, com direito de aprender em benefício da melhoria da qualidade de suas vidas e para se tornarem cidadãos contributivos na sociedade. (CARVALHO, 2010, p. 54)

3 A TUTORIA COMO FOCO DE PESQUISA

A temática da tutoria é abordada na literatura de formas distintas. Alguns autores como Glat (2006) e Santos (2005) falam sobre a tutoria realizada entre os alunos. Marinho (2008) trabalha com a ideia de tutor como mediador entre os membros da comunidade escolar.

O termo tutor é definido por Arnaiz (2002) como um conselheiro ou guia de outro a quem serve de apoio e que deve orientar a aprendizagem, dinamizar a via sócioafetiva e fazer orientação pessoal, escolar e profissional dos alunos que atende. O tutor deve ter, portanto, a capacidade de aceitação às diferenças dos seus alunos. O tutor deve conhecer a situação do aluno, ajudá-lo pessoalmente e na execução de seus deveres escolares. Um dos aspectos que mais deve ser levado em conta é a autoestima dos alunos; o tutor deve ajuda-los a terem uma visão positiva de si, explorando cada aluno de acordo com as suas características e capacidades. Segundo o autor: tutoria e ação tutorial são dois conceitos complementares que significam o conjunto das atuações de orientação pessoal, acadêmica e profissional formulado pelos professores com a colaboração dos alunos e da própria instituição. (ARNAIZ, 2000, p.16)

Em seu trabalho, Glat e col. (2006) fala sobre as tutorias desenvolvidas através da formação de pares formados entre os alunos com o objetivo de desempenhar as atividades propostas em sala de aula. O critério para a escolha das duplas é a diferença na aprendizagem que cada aluno apresenta, valorizando as habilidades e potencial de cada aluno, favorecendo assim, a autoestima de cada um.

Marinho (2008) se refere à tutoria como um trabalho de mediação entre alunos e demais membros da comunidade escolar, tendo uma função de intervenção educativa. Segundo a autora,

(...) uma intervenção educativa, que verifica a mediação das relações pessoais e sociais para o aprendiz, criando e ampliando ações pedagógicas integradas, tendo em vista o desenvolvimento satisfatório que se adapta às solicitações necessárias para o desenvolvimento dos conceitos nas diferentes áreas de conhecimento (MARINHO, 2008, p.3).

A autora também relata que a tutoria complementa as funções maternas, quando acolhe o aluno em momentos de tensão e desafios, e paternas, ao colocar limites, orientando o aluno para que tenha um melhor desempenho na aprendizagem. Este estudo também diz que o

tutor amplia a percepção de seu aluno, desenvolvendo diferentes formas de atenção, memorização e organização. Dessa maneira, ajuda no desempenho escolar de quem recebe a tutoria, diminuindo o fracasso escolar.

Segundo o Relatório Síntese (2003), que buscou práticas pedagógicas inclusivas em 15 países da Europa, a tutoria entre pares (ou aprendizagem cooperativa) é um dos fatores que favorecem a educação inclusiva. O estudo mostra que este serviço é eficaz na aprendizagem, no desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos, tendo um avanço na área social. Também é enfatizado que não há indícios de prejuízos aos alunos que não prestam tutoria aos colegas.

O aluno com NEE que recebe o apoio de um tutor em sala de aula, além de criar vínculos com aquele profissional e estabelecer confiança, tem um suporte durante as atividades escolares. No Documento Subsidiário a Política de Inclusão (BRASIL, 2005) é defendida a ideia de que para que todos os alunos atinjam os objetivos previstos, não se pode pensar em uma prática feita apenas pelo professor, e sim, com uma equipe que acompanhe todo o processo realizado em sala de aula, desde o princípio, preparando todos para a construção de uma escola inclusiva.

Segundo Santos (2008), a tutoria tem demonstrado abranger também a área social, além, é claro, da aprendizagem. A autora também ressalta que a escola deve oferecer um apoio administrativo e deve haver um suporte dos professores sobre a forma em que será feita a mediação pelo tutor. Ela também afirma que a tutoria é uma estratégia funcional na inclusão e tem trazido benefícios para ambas as partes envolvidas nesse processo. Nesse estudo sobre as salas de aula com tutores, os alunos foram divididos em dois grupos, um com a presença de tutores e outro sem. A autora mostrou que a melhora no desempenho das tarefas escolares do grupo que contava com a tutoria foi significativamente maior que a do outro grupo.

Nesse mesmo trabalho, também é citado o exemplo de uma escola nos Estados Unidos que capacita estudantes para desempenharem a função de tutores de colegas com NEE. Nesse caso, o tutor tem o professor como supervisor.

Santos cita Fredrickson & Turner (2003), afirmam que a tutoria de colegas envolve a oferta de apoio dos próprios colegas para os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, a fim de que se desenvolvam com sucesso em suas tarefas escolares (FREDRICKSON & TURNER, 2003, p.239).

As autoras também usam as palavras do Center for Effective Collaboration and Practice, que define a tutoria feita por colegas de sala de aula como maneira para que todos os estudantes, na ajuda um a um, tenham bastante tempo para praticar e aprender. Para a tutoria

de colegas dentro da sala de aula, todos os estudantes trabalham em pares com os outros. Durante a tutoria, um estudante explica a tarefa para outro estudante, questiona este a responder as questões e dá retorno à criança.

Dessa forma, a tutoria feita entre alunos apresenta benefícios para quem recebe e para quem executa essa ação. Quanto aos alunos que necessitam desse apoio, já foi falado sobre os benefícios no desempenho escolar. Já para os alunos que atuam como tutor, além dos benefícios na aprendizagem, esse fato faz com que eles se tornem pessoas com mais compreensão em relação às limitações dos colegas com NEE e, assim, poderão se tornar adultos com mais respeito a sociedade.

Juntamente com o Conselho Municipal de Educação, a SMED criou um documento intitulado “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, Guia para normatização de alunos com necessidades especiais na escola comum (BAGÉ, 2009). Essa normativa adota como princípio básico norteador do processo político e educacional o respeito ao indivíduo independente de suas condições humanas e valorização da vida que se constitui, modifica-se e se ressignifica na diversidade. Para isso, a norma dispõe os serviços de apoio, que beneficiam alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades. Entre esses serviços está a tutoria que, segundo este documento, é destinada a alunos com NEE que necessitem de apoio, intervenção e acompanhamento intenso e contínuo na realização das atividades curriculares e vida diária. Este profissional também deve atuar como mediador no processo de aprendizagem, trabalhando junto com o professor regente e o professor do AEE, além de auxiliar o aluno em situações de crise, ansiedade ou desorganização. O tutor também deve oferecer-se como modelo de identificação para o aluno, observar a sua conduta e registrar observações e fatos, além de participar de reuniões com a equipe de educação inclusiva da SMED.

Para a construção desta pesquisa, adoto aqui a concepção de tutor que consta no documento “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, Guia para normatização de alunos com necessidades especiais na escola comum, fornecido pela SMED, que foi acima descrito.

4 CAMINHO PERCORRIDO

Este estudo foi realizado por meio do desenvolvimento de uma pesquisa de campo de perspectiva qualitativa, tendo por sujeitos tutores de alunos com necessidades educacionais especiais, que atuam nas escolas públicas municipais de Bagé. A coleta de dados foi feita através de entrevistas e observações.

No ano de 2012, foi realizada uma pesquisa com a equipe de educação inclusiva da SMED, com o objetivo de fazer um levantamento do número de tutores existentes nas escolas, quais são as atividades que devem desempenhar, como são escolhidos os tutores, como é definido para quais alunos será disponibilizado o serviço de tutoria.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos pelo critério de tempo de atuação neste serviço, levando em consideração que os tutores, na grande maioria, são estagiários e o tempo máximo de permanência é de dois anos. Buscavam-se, então, tutores exercendo essa função há mais de um ano. Para a não identificação dos sujeitos da pesquisa, usaram-se os pseudônimos Tutor 1, Tutor 2, Tutor 3, e para a denominação das escolas, foram chamadas, respectivamente de Escola 1, Escola 2 e Escola 3.

A pesquisa foi dividida em três etapas, que serão descritas a seguir:

Primeira etapa

O primeiro passo dado para o desenvolvimento da pesquisa foi a seleção dos tutores, no setor de Educação Inclusiva na Secretaria Municipal de Educação.

Após receber a indicação dos nomes dos tutores e as escolas em que eles atuam, entrei em contato por meio do telefone, para agendar dia e horário em que eu iria realizar visita à escola para solicitar autorização para realização da pesquisa.

Inicialmente, seriam entrevistados e observados cinco tutores em quatro escolas diferentes, porém dois dos sujeitos selecionados não se encontravam mais nas atividades de tutoria durante a pesquisa. Antes de fazer a visita nas escolas, fiz contato por telefone e expliquei à equipe diretiva e ao tutor como seria desenvolvida a pesquisa e sobre o que se tratava.

Segunda etapa

Nesta etapa, iniciei as visitas as escolas para solicitar a autorização para realizar a pesquisa e começar as entrevistas com os tutores.

A Escola 1 foi à primeira que visitei. Ao chegar à escola, encontrei a Tutora 1 que foi entrevistada na sala da direção. Segundo ela, os alunos que ela trabalha não estavam na escola, pois estava chovendo. Fomos para uma sala para fazer a entrevista, que durou aproximadamente 20 minutos.

Após, fui até a Escola 2, que até então eu não havia conseguido contato. Nessa escola seriam entrevistados dois tutores, mas, ao chegar lá, fui informada de que a tutora não estava mais frequentando. Fui levada até a sala de aula em que trabalha o outro tutor que seria entrevistado para conversar com ele e explicar sobre o trabalho e, como nesse dia estava chovendo, havia poucos alunos na sala de aula, ele pediu para um colega da sala auxiliar o aluno que ele desenvolve a tutoria, então, na hora já fizemos a entrevista. Após a entrevista, agendamos o dia da observação.

A Escola 3 foi visitada no dia combinado pelo contato telefônico. Ao chegar à escola toda a equipe já sabia do que se tratava a pesquisa. A tutora 3 estava na sala de aula e foi chamada para a entrevista pela diretora. Fomos até o refeitório, pois na sala da direção havia alguns alunos estudando e isso poderia atrapalhar a gravação.

Terceira etapa

Nesta etapa foram feitas as observações das práticas dos tutores em sala de aula.

A primeira observação feita foi na Escola 2. O trabalho do Tutor 2 foi acompanhado durante um dia letivo inteiro, desde a entrada dos alunos até última aula.

A segunda observação seria feita na mesma semana com a Tutora 3, mas no primeiro dia a aluna não foi e no segundo não haveria aula na escola. Combinei por telefone com a tutora na outra semana.

Cheguei na Escola 3 no começo da tarde para fazer a observação, que aconteceu em duas turmas diferentes durante o dia.

A terceira escola foi a mais dificultosa para fazer a observação. Foram várias idas em diferentes dias e nunca os alunos estavam na escola, em alguns casos por motivo de saúde, em outros em função da chuva. A observação aconteceu em uma tarde, desde o começo da aula até a hora de saída do aluno.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi elaborada visando identificar quais são os aspectos que dificultam e quais são os que facilitam o trabalho do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas municipais de Bagé. Para isso, foi montado e aplicado um questionário e foram feitas observações nas escolas.

Após a aplicação do questionário e das observações feitas nas escolas, verificou-se que, entre outros fatores, a formação acadêmica dos tutores investigados é de grande influência no desenvolvimento de seus trabalhos.

Os tutores entrevistados que estão em formação acadêmica, em cursos de Licenciatura e Psicologia em universidades na cidade de Bagé, realizam o serviço de uma forma que os objetivos que são almejados para os alunos com NEE, como a aprendizagem e autonomia, por exemplo, sejam trabalhados e atingidos. Eles também demonstram conhecimento e consciência do trabalho que vêm desenvolvendo, falando com propriedade e segurança sobre a responsabilidade e importância de um tutor. Como fica claro na fala da Tutora 3 durante a entrevista:

Eu acho de suma importância por que as vezes, pelo elevado numero de alunos, as vezes os professores tem certa resistência até pelo despreparo, por que algumas não tiveram uma formação sobre inclusão, então eu acho importantíssimo para o acolhimento do aluno e para ajudar ele nesse processo de aprendizagem. O tutor, até pela proximidade, ele vai entender mais aquele aluno, no meu caso mesmo, sempre procuro, em primeiro lugar, saber tudo, tudo sobre a deficiência. Eu enxergo ele além da deficiência, mas para eu atingir ele, eu procuro saber muito sobre a deficiência dele, para saber os caminhos que eu posso seguir, até onde ele pode ir para nunca ultrapassar eles, até por que eles tem opinião própria também. (TUTORA 3, entrevista, 25 mar. 2013).

A fala acima mostra a consciência, por parte da tutora, sobre a importância de uma formação que contemple a inclusão. Além disso, ela demonstra respeito pelas diferenças dos alunos com quem trabalha, vendo-os como pessoas formadoras de opiniões e não apenas pela deficiência. Ela também enfatiza preocupação com as suas atividades e interesse em buscar informações que possam ajudá-la nas suas práticas como tutora.

Além da consciência da importância de seu trabalho, é importante ressaltar a fala dessa mesma tutora, quando questionada sobre o que é ser um tutor, ela declara que:

Seria, além de mediador, um facilitador entre professor e aluno. De repente assim, para romper algum tipo de obstáculo, as vezes até pedagógicos, não só em torno da deficiência em si, mas tu pode auxiliar de várias formas no processo de aprendizagem, sempre visando a aprendizagem do aluno. Não dando ênfase, no

caso, a deficiência que ele possui e sim as potencialidades que eles podem atingir.
(TUTORA 3, Entrevista, 25 mar. 2013)

Nessa fala, a tutora mostra que entende as dificuldades derivadas da deficiência como algo que pode ser superado se for trabalhado de uma maneira que valorize as potencialidades de cada um. Além disso, nessa afirmação, a Tutora 3 fala na mediação entre professor e aluno como uma forma de superação dos obstáculos que podem dificultar a aprendizagem. Dessa forma, a tutora demonstra consciência de seu papel na inclusão e escolarização dos alunos com NEE com quem desenvolve a tutoria. Esse depoimento se aproxima do que é mencionado na Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010, p2). Atualmente a concepção de deficiência não é associada à condição de doença, carência ou invalidez, que pressupõe a necessidade de cuidados clínicos, assistenciais ou de serviços especializados, em todas as atividades.

Já no caso da Tutora 1, que não se encontra em formação acadêmica, o serviço de tutoria é apenas para questões de higiene e locomoção, ou seja, para o trabalho mecânico. Os alunos assistidos por ela não recebem nenhum auxílio pedagógico, apenas auxílio para as necessidades básicas e, segundo ela, a atividade que ela faz com um dos alunos é colocar desenhos no computador para ele assistir. Conforme a tutora afirma, ao ser questionada sobre as atividades por ela desenvolvidas em sala de aula:

Com o Rodrigo é assim, eu tenho até que mudar, ele usa fralda. O mais simples é o Henrique, que eu não preciso mudar, ele é cadeirante, mas aí a mãe dele vem, por que ele é muito pesado, aí não tem como. Aí eu faço as minhas atividades com ele na sala de aula, que é simples, eu levo o note para ele, boto algum desenho.
(TUTORA 1, entrevista, 20 mar. 2013)

Quando questionada sobre a importância do trabalho que desenvolve, a Tutora 1 não soube responder, deixando clara a sua falta de reflexão sobre o papel que desempenha. Segundo a Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 (BRASIL, 2010, p 2):

É fundamental reconhecer o significado da inclusão para que as pessoas público alvo da educação especial tenham assegurado seu direito a plena participação nos ambientes comuns de aprendizagem e na comunidade com as demais pessoas, construindo as possibilidades de sua participação na escola e no trabalho.

Além disso, durante as entrevistas, a Tutora 1 não soube responder às perguntas de forma adequada, mostrando uma visão superficial da tutoria e também do processo de

inclusão. Ela também relata que a experiência da tutoria não lhe tem ensinado muito, pois ela tem um irmão com necessidades especiais, então, afirma que já sabe tudo.

Outro fator que se revela é o comprometimento da equipe diretiva em relação ao trabalho de tutoria e ao processo de inclusão, pois é fruto da direção da escola fazer com que a inclusão seja uma prioridade naquele espaço. A Declaração de Salamanca afirma que:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo. (UNESCO, 1994, p.9)

Em consonância com isso, Figueiredo (2010) diz que:

A colaboração entre os diversos agentes da escola tais como os gestores e a equipe técnica, os professores da sala comum e os professores do AEE é imprescindível para o desenvolvimento para o desenvolvimento de uma prática sintonizada com as necessidades dos alunos. Esses profissionais devem aprender a trabalhar juntos e organizar seus esforços em favor do desenvolvimento de uma educação de qualidade. (BRASIL, 2010, p.34)

Acredito que nas escolas em que a equipe diretiva oferece apoio, nota-se que o trabalho do tutor é desenvolvido com mais facilidade. Pode-se perceber isso quando os tutores afirmam que:

Apoio material, apoio, tipo assim, isso eu considero um apoio também, te dão tranquilidade para trabalhar, te dão respaldo. Em termos de material também, aqui eu considero um modelo, por que o trabalho que elas fazem na sala de recursos eu não tinha visto em nenhuma outra escola. Elas estão sempre preocupadas em adaptar o material, ter que fazer isso para facilitar (TUTOR 2, entrevista, 20 mar. 2013)

Também é possível notar a segurança oferecida pela equipe diretiva, pela clareza e segurança no discurso dos tutores ao falar de seus serviços, pois, com o respaldo dado pela escola para desenvolver suas atividades, o tutor, além de conhecer melhor os recursos para trabalhar com determinado aluno, percebe que faz parte de um trabalho em equipe, dessa forma, pode trabalhar de uma forma mais segura.

Um dos tutores fala sobre a importância do apoio dado pela equipe diretiva da escola, não só no que se refere a materiais, mas também do respaldo e tranquilidade que a escola oferece para o trabalho. Além disso, ele ressalta o comprometimento das professoras da sala de recurso, que fazem a adaptação do material do aluno com antecedência e da

organização das professoras da sala de aula, que sempre têm o material pronto no mínimo uma semana antes, para que seja possível fazer a adaptação.

A gente está sempre tentando fazer formações voltadas para inclusão, sempre trabalhando a questão da aceitação com os professores. Cem por cento perto do que era antes, com o apoio da direção, professora do AEE, até as merendeiras, todo mundo participa, e facilita bastante. (TUTORA 3, entrevista, 25 mar. 2013)

O apoio da professora da sala de recursos para o trabalho de tutoria também contribui de forma positiva e, segundo Figueiredo (2010), na Revista Inclusão, da Educação Especial:

O professor de AEE oferece acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiência aos professores e demais alunos. O professor do AEE deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. (BRASIL, 2010, p.34)

A Tutora 3 também fala do livre acesso aos materiais e ao apoio que recebe da direção da escola e professoras do AEE, além de afirmar que a escola trabalha como um todo, que todo mundo participa do processo de inclusão. Além disso, ela também afirma que a escola sempre procura fazer formações voltadas para inclusão e aceitação das diferenças.

Quanto ao comprometimento das professoras do AEE e a adaptação dos materiais, durante a observação na Escola 2, ficou claro que esse é um aspecto fundamental para a atuação do tutor, pois faz com que ele possa auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas atividades junto com os demais colegas da sala de aula: O aluno já tinha todas as atividades do dia no computador, o tutor o auxilia para encontrá-las nos arquivos e durante a atividade auxilia quando o aluno apresenta pequenas dificuldades. (OBSERVAÇÃO, 20 mar. 2012).

Além disso, a adequação corretas dos materiais, ou seja, adaptação que corresponda à idade e aprendizagem dos alunos atendidos pelos tutores, levando em conta o contexto de cada um, também foi destacada como aspecto que pode influenciar no serviço de tutoria. As professoras do AEE podem auxiliar na adaptação dos materiais, como acontece na Escola 3, segundo a fala da tutora 3: A gente tem sempre o apoio, no caso, a professora pode contar sempre com o apoio das professoras do AEE que orienta elas na adaptação dos materiais. (TUTORA 3, entrevista, 25 de mar. 2013)

As adaptações devem ser feitas não só no material utilizado, mas também na forma como os conteúdos são trabalhados com os alunos, pois, em alguns casos como o da

Escola 1, a professora da sala de aula diminui as potencialidades do aluno e não explora aspectos que poderiam ser trabalhados com ele, como fica claro a seguir:

A professora distribuiu o material para a turma inteira. A folha do aluno com NEE é a mesma de todos os colegas, porém, ele precisa apenas fazer a primeira etapa da atividade, que é pintar. A tutora fica ao lado dele para ajudar na escolha da cor do lápis, apenas isso. Após o aluno terminar a sua atividade, a professora pega a folha do aluno, mostra para a turma e pede aplausos para ele. Fato que não acontece quando nenhum dos outros alunos termina suas atividades. Após isso, tampouco acontece uma tentativa de desenvolver com o aluno mais uma das etapas que os outros colegas da turma desempenharam. (OBSERVAÇÃO, 20 de mar. 2013)

Para afirmar esse fato observado na Escola 1, uso as palavras de Carvalho (2010):

No caso das pessoas em situação de deficiência, suas diferenças ganham conotações importantes e, como num eco, reverberam sob a forma de preconceitos que banalizam suas potencialidades. Tais pessoas costumam ser percebidas pelo que lhes falta, pelo que necessitam em termos assistenciais e não pelo seu potencial latente e que exige oportunidades para manifestação e desenvolvimento. (CARVALHO, 2010, p. 17):

Na Escola 1, quando a tutora é questionada sobre os recursos usados pela professora na sala de aula, ela fala apenas na utilização de um banco, e em momento algum diz algo sobre materiais que auxiliem na aprendizagem do aluno. Como pode ser visto na fala da tutora:

A da manhã a gente tenta de tudo, a única coisa que a gente consegue é levar um banco para sala de aula e botar ele no banco, que é como ele se sente melhor, ele é cadeirante. A gente já tentou de tudo, ele não aceita nada. Nada ele aceita, ele só fica no fundo da aula observando, aí ele olha para um, olha para outro, fica assim (TUTORA 1, Entrevista, 20 mar. 2013).

Na Escola 1, durante as visitas, notei que em alguns horários a tutora fica na direção da escola sem atividade nenhuma, pois não há alunos atendidos por ela naquele horário, já em outros horários um dos alunos está na escola sem tutor. Com este fato, verifica-se a falta de organização da equipe diretiva da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi investigar quais aspectos favorecem e dificultam a ação do tutor de alunos com NEE nas escolas públicas municipais de Bagé. A partir dele, verificou-se que diversos fatores podem influenciar na ação dos tutores, sendo os principais a formação acadêmica, conscientização da importância do papel do tutor, organização escolar e apoio da equipe diretiva.

A partir deste estudo, verificou-se que entre os fatores que dificultam a atuação do tutor de alunos com NEE está a falta de comprometimento da professora da sala de aula com o aluno atendido por tutores, pois faz com que o tutor seja o único responsável por esse aluno e acabe assumindo o papel do professor dentro da sala de aula e, assim, não cumprindo o seu verdadeiro papel. Também, no que se refere às práticas da professora da sala de aula, outro aspecto que dificulta a atuação do tutor é quando a ação da professora não alcança a necessidade do aluno em suas especificidades, ou seja, a adaptação inadequada de materiais e métodos para trabalhar com o aluno que o infantiliza ou trata o seu aprendizado de maneira fútil, fazendo com que o tutor fique perto do aluno apenas para auxiliá-lo na organização de seus materiais e outras atividades com pouca relevância para seu aprendizado e inclusão. Ainda pode-se destacar o planejamento descontextualizado para aquele determinado aluno, quando todos os colegas estão trabalhando um determinado tema e apenas o aluno com NEE está trabalhando outro tema, limitando assim, o trabalho do tutor, que, se for bem desenvolvido, pode trazer importantes resultados.

O trabalho do tutor também pode ser dificultado, segundo os dados analisados, quando o professor regente da sala atribui toda a responsabilidade do aluno para o tutor. Isso, além de isentar o professor das responsabilidades com a aprendizagem, faz com que o aluno crie vínculos apenas com o tutor. Nesse aspecto, seria positivo um trabalho em conjunto, já que o tutor, pelo maior contato que tem com o aluno, pode auxiliar no desenvolvimento de uma das rotas de aproximação que é descrita por Carneiro (2007, p. 107), que é: vincular os conteúdos curriculares a centros de interesse e a áreas promissoras dos alunos.

A falta de apoio da equipe da escola é apontado como um aspecto que dificulta a ação do tutor que, para desenvolver suas atividades, precisa de apoio da escola. Esse apoio é material e também respaldo para desenvolver as atividades, como a oferta de formações, reuniões com a equipe do AEE, adaptação dos materiais, etc.

Percebe-se que a equipe diretiva que coloca a inclusão como um de seus objetivos e prioridades, oferecendo suporte para todos envolvidos nesse processo, fazendo formações,

promovendo reuniões que debatam essa temática, ouvindo as necessidades, percepções e dificuldades encontradas por cada um, pode buscar recursos e métodos para suprir algumas dificuldades que se encontrem e formas de integrar a comunidade escolar para que, assim, facilite não só o trabalho do tutor, mas de todos, pois a escola não é formada apenas por alguns, e sim, por um todo, um conjunto de pessoas que aprendem e trabalham juntas. Porém, acredito que a equipe diretiva que não trata a inclusão como prioridade na escola, não auxiliando e acompanhando esse processo, acaba não dando o suporte necessário para que o trabalho do tutor seja favorecido.

Quanto aos aspectos que favorecem a ação do tutor, pode-se destacar a formação acadêmica, que faz com que ele tenha um embasamento teórico e suas práticas sejam voltadas para o desenvolvimento, aprendizagem e construção da autonomia. Além disso, faz com que o tutor seja teoricamente mais apropriado e tenha mais consciência da importância de seu trabalho, ajudando o aluno a explorar as suas potencialidades.

Sabe-se que nenhum aluno é igual ao outro, portanto, as necessidades de cada um também não se repetem. Contudo, creio que a formação acadêmica ajuda o tutor a distinguir as necessidades de cada um e também a desenvolver, juntamente com a professora da sala comum, professora do AEE e equipe diretiva, práticas que auxiliem, de maneira positiva, a escolarização dos alunos com NEE.

No que diz respeito à organização escolar, podemos concluir que inclui vários aspectos que fazem diferença no cotidiano, como por exemplo, o horário do recreio, a distribuição das horas de trabalho dos tutores, não só dos alunos com NEE, mas de todos dentro da escola. Essa organização se refere a horários, recreio, hábitos, regras, que, se forem cumpridas, podem favorecer a ação do tutor. A disposição das classes dentro da sala de aula, por exemplo, pode ajudar na forma como o tutor trabalha com o aluno, o horário do recreio, que pode ser dividido em etapas de acordo com o número de turmas e alunos.

Defendo que o bom relacionamento do tutor, em especial com o professor do AEE, que é quem conduz as ações do tutor, e com a equipe diretiva e demais membros da comunidade escolar, traz bons resultados na ação do tutor, pois a escola é um conjunto de pessoas que, de forma alguma, atingirá sucesso trabalhando de forma isolada. O tutor, como mediador e facilitador do processo de inclusão e também pela sua maior proximidade com o aluno, tendo um bom relacionamento com todos dentro do ambiente escolar, pode facilitar a aproximação dos alunos com NEE, que desenvolve seu trabalho com as demais pessoas inseridas nesse contexto.

A presença de um tutor na sala de aula, embora não signifique a inclusão, certamente contribui para ela. É preciso que a escola inteira trabalhe junta, afinal, ela é um conjunto de pessoas, um todo, e não pessoas isoladas. Portanto, devem ser pensadas práticas para que o tutor não fique isolado dos demais integrantes da comunidade escolar.

Após as entrevistas e observações, percebi que a tutoria é um serviço de grande importância para a inclusão, porque o tutor, pela proximidade com o aluno, o auxilia na relação, não só com o professor na sala de aula comum, mas com toda a comunidade escolar, além de poder ajudar na busca de formas adequadas para trabalhar com o aluno que atende. Também é importante destacar o auxílio prestado aos alunos com NEE em atividades diárias que ainda necessitem de um apoio. Portanto, a tutoria é um serviço de apoio que auxilia na inclusão dos alunos com NEE de diversas formas e deve ser oferecido a todos os alunos com NEE sempre que necessário.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Europeia para o Desenvolvimento em Necessidades Educativas Especiais. **Educação Inclusiva e Práticas de Sala de Aula**. Relatório Síntese. Março 2003.

ARNAIZ, Pere. **Tutoria: com a palavra, o aluno**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BAGÉ, Guia de normatização de alunos com necessidades especiais na escola comum, 2009.

BASTOS, Amélia Rota Borges. **SENDERO INCLUSIVO: o caminho da escola peregrina na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar, 2006. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf Acesso em 17 de mar. de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar, 2012. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nV9dVhfHA7wJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D12219%26Itemid%3D+censo+educa%C3%A7%C3%A3o+especial+2012&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 17 de mar. de 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 12 de mar. de 2013.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em http://ccipfdc.files.wordpress.com/2011/11/convencao_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf Acesso em 15 de maio de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 12 de mar. de 2013.

BRASIL. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf> Acesso em 10 de mar. de 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 23 de abr. de 2013.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA SEESP/GAB nº 19/2010**, Brasília, 2010. Disponível em http://www.google.com.br/#output=search&sclient=psy-ab&q=NOTA+TECNICA+SEESP%2FGAB+n%C2%B0+19%2F2010&oq=NOTA+TECNICA+SEESP%2FGAB+n%C2%B0+19%2F2010&gs_l=hp.3...1251.1251.0.1847.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0...0.0...1c.1.14.psy-

ab.rKPCgUCPL8M&pbx=1&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.46751780,d.dmQ&fp=8f0b7f52cf9e9966&biw=1241&bih=606 Acesso em 12 nov. de 2013.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em 09 de abr. de 2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** Petrópolis, RJ :Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusive: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

CENTER FOR EFFECTIVE COLLABORATION AND PRATICE. Disponível em: <http://cecp.air.org/familybriefs/docs/PeerTutoring.pdf>. (Acesso em 07 nov. 2012)

FREDRICKSON, N. & TURNER, J. Utilizing the classroom peer group to adres children's social needs: an evaluation of the circle of friends intervention approach. The **Journal of Special Education**, 2003.

GIL, Antonio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; MACHADO, Kátia; BRAUN, Patrícia. **Inclusão Escolar.** Niterói/RJ, 2006;

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos – 7. Ed.- 6 reimpr. –São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, Leila Manso. **A intervenção da tutoria no desenvolvimento da aprendizagem: ajudando a prevenir o fracasso escolar.** São Paulo, 2008.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Tatiani Silva dos. **O efeito da tutoria de colegas sobre o desempenho de alunos com deficiências em classes inclusivas.** São Carlos, 2005.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 15 abr. 2013

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1) Para você, o que é ser um tutor?
- 2) O que é inclusão para você?
- 3) Por que você acha que foi selecionado para ser tutor?
- 4) Que características deve ter um tutor?
- 5) Qual a importância de um tutor?
- 6) Como as pessoas da escola reconhecem teu trabalho?
- 7) Como é a recepção dos alunos na escola?
- 8) A professora de sala de aula usa algum recurso especial para trabalhar com os alunos com NEE?
- 9) Como você auxilia para a aprendizagem da língua portuguesa?
- 10) Os alunos colaboram com os colegas com NEE?
- 11) Como você desenvolve as atividades com esse aluno?
- 12) Que tipo de apoio você recebe para desenvolver as atividades?
- 13) A equipe diretiva oferece apoio ou recurso para o desenvolvimento desse trabalho?
Qual?
- 14) Como é o recreio na escola?
- 15) Você acompanha os alunos no Atendimento Educacional Especializado? O que você faz?
- 16) Você é convidado para participar de reuniões na escola?
- 17) Você está integrado a escola? Conte por que.
- 18) Como é a sua relação com os pais dos alunos que você desenvolve a tutoria?
- 19) Quais são as suas expectativas com o trabalho que desenvolve?
- 20) O que você tem aprendido com essa experiência de tutoria?
- 21) Em que medida você consegue colocar em prática os conhecimentos adquiridos na universidade no serviço de tutoria?

APÊNDICE B



AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo Marina Nobre Corrêa, CPF 014032990-05, RG 3060197211, residente na Rua Emílio Osório Grillo, 679, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, realizando o Trabalho de Conclusão de Curso II sob orientação da Professora Claudete da Silva Lima Martins, a desenvolver a pesquisa intitulada O serviço de tutoria nas escolas de Bagé: aspectos que favorecem ou dificultam a atuação do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais, cujo objetivo é investigar, através de entrevistas e observações, quais são os aspectos que facilitam ou dificultam a atuação dos tutores de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Bagé.

Assinatura e RG

Bagé, Março de 2013

APÊNDICE C



Eu, Marina Nobre Corrêa, CPF 014032990-05, RG 3060197211, residente na Rua Emílio Osório Grillo, 679, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, realizando o Trabalho de Conclusão de Curso II sob orientação da Professora Claudete da Silva Lima Martins, solicito autorização para desenvolver a pesquisa intitulada O serviço de tutoria nas escolas de Bagé: aspectos que favorecem ou dificultam a atuação do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais, cujo objetivo é investigar, através de entrevistas e observações, quais são os aspectos que facilitam ou dificultam a atuação dos tutores de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Bagé.

Certa de sua compreensão e colaboração, desde já agradeço.

Marina Nobre Corrêa

Bagé, Março de 2013

APÊNDICE D**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Autorizo Marina Nobre Corrêa, acadêmica do curso de Licenciatura em Letras, realizando o Trabalho de Conclusão de Curso II sob orientação da Professora Claudete da Silva Lima Martins, a desenvolver a pesquisa intitulada O serviço de tutoria nas escolas de Bagé: aspectos que favorecem ou dificultam a atuação do tutor de alunos com necessidades educacionais especiais e a usar os dados por mim fornecidos sem quaisquer ônus, sendo minha participação voluntária.

Assinatura e RG